

A VIDA E A MORTE

DEPOIS DE
«AARTE
NOTEMPO
DOTRATADO DE
TORDESILHAS»,
EM
VALLADOLID,
E DE
«OTESTAMENTO
DEADÃO»,
EM LISBOA,
ESTÁ PATENTE
EM BURGOS
A TERCEIRA
EXPOSIÇÃO
COMEMORATIVA
DA UTÓPICA
PARTILHA
DO MUNDO
ENTRE
OS REINOS
DA PENÍNSULA
IBÉRICA

BURGOS revê-se nas suas estátuas, cavalos de bronze que escarvam a sua fúria nos pedestais, com cavaleiros igualmente representados em cima dos lombos. É uma cidade longa, vestida de bairros novos e sugestões arborizadas de alamedas, com um castelo arruinado, que nem se enxerga de baixo. Mas, nas portas da cidade, nas agulhas afirmativas e góticas da catedral, nos muros monumentais que vão sustentado terras, trai-se a verdade duma glória passada, o tempo dum centro suficientemente orgulhoso e urbano para erguer essa Sé gótica que centra a cidade velha.

É numa dessas pracetas com estátua, das principais — um velho conde de metal fundido a marcar o compasso, perto do rio e da catedral, entre uma igreja finimiedieval e um orgulhoso edifício universitário — que, ao fundo, se erguem as ruínas do convento de que a cidade fez o seu museu. A já habitual faixa, longa e indiscreta, anunciativa e colorida, desenrolada de alto a baixo, avisa que temos mostra: «A Guerra e a Paz no Tempo do Tratado de Tordesilhas». Depois do portão e do guarda, e dos restos do templo conventual, após ultrapassar a tentação de furar pela porta errada («Não, é por aqui»), chegamos por fim a um labirinto de salas quinhenistas, blocos bem talhados a espreatar por detrás dos painéis onde se exibem as peças da época.

A Paz e a Guerra, a honra e o dia-a-dia: com que outra matéria se conta a História? É a essencialidade da interrogação que torna irresistível o desafio de saber como foi — ou como é que se conta, diante dos nossos olhos, com quadros velhos e antigos documentos, essa coisa básica que é comer e sangrar. Há qualquer coisa, talvez o síndrome moderno da «pax balcanica», que nos leva a pensar no sangue derramado quando falamos dos trabalhos e dos dias. Depois de Maquiavel, e de todos os anteriores «espelhos de príncipes» (veja-se o incóla Álvaro Pais), o título da exposição que a Comissão dos Descobrimentos mais a do «Quinto Centenário» de Tordesilhas apresenta em Burgos suscita a ideia dum desenho (impossível) em que essas funções básicas e tão tradicionalmente correlativas, ajudar o próximo a sobreviver, matá-lo e cultivar o pão nosso se encontrariam ligadas, quem sabe, por um discurso pessimista, como o que, de Montaigne, já assombrado pela possibilidade dum novo Levantá, poderia recuar até esse primeiro momento de laicidade («civilidade») e desencanto traçado nos escritos de Nicolau de Cusa.

Não é, porém, uma reflexão sobre o camponês que

cultiva o campo enquanto a hoste feudal lhe passa a ferro a jovem colheita, nem sobre o altivo senhor que, no entusiasmo da perseguição, revolve as sementes do servo, que surge como objecto da exposição de Burgos. Os temas estão lá, e representados por peças soberbas, mas os labores da sobrevivência e as técnicas da destruição compõem um panorama da vida e da morte menos problematizante, mais adossado à vida quotidiana. Nada nos sugere que a guerra não consistia apenas num privilégio senhoral, mas que fazia parte sofrida do dia-a-dia camponês, por isso tão guerreiro como o «guerreiro» pelo sofrimento (quando não pela resistência, como tantas «padeiras») o atestam. A ausência de relacionamento explícito entre os dois painéis do díptico é, aliás, aumentada pela separação dos dois temas, paz e guerra, cada qual alojada em seu edifício (embora próximos um do outro).

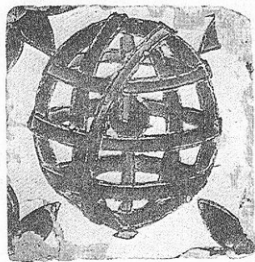
Perante a avalanche de obra-primas das duas anteriores exposições comemorativas do Tratado de Tordesilhas (a de Valladolid e a da Torre do Tombo, já citada) esta não enche tanto o olho. Sobretudo o do desprevenido. Uma das vantagens de exposições ilustrativas, do género em causa, reside na possibilidade de recorrer a peças extremamente elucidativas, mesmo sem serem artisticamente de primeira água — o que torna mais fáceis os empréstimos internaci-

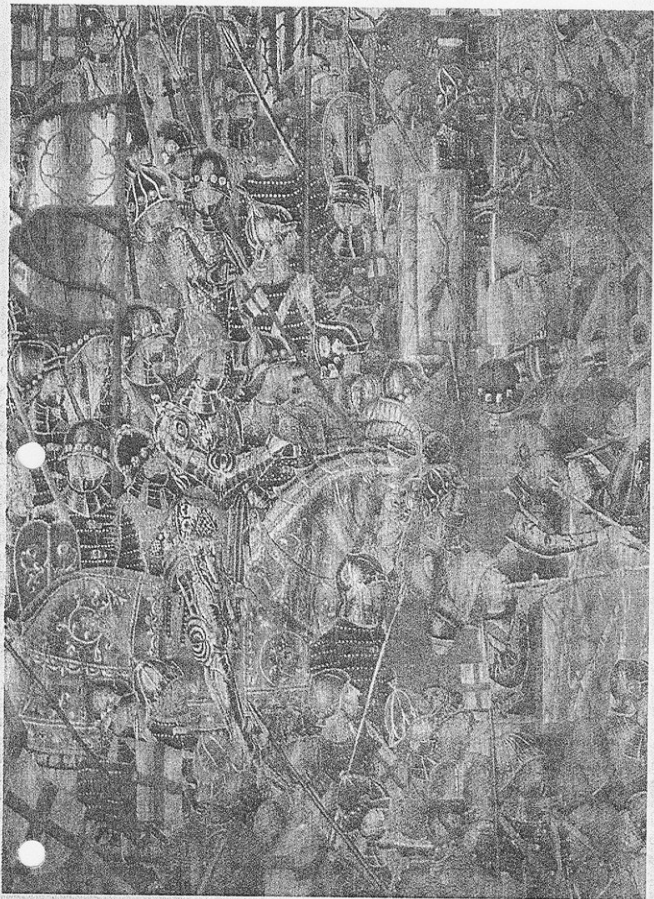
onais a quem não pertence aos grandes circuitos cosmopolitas da arte (como se demonstrou, no caso português, e duma forma penosa, com as exposições de Lisboa 94).

Nada disto preludeia uma indicação de menos apreço pelo trabalho burgalense. O cuidado e equilíbrio da exposição são notáveis. «**Tanto monta**»: na divisa bordada na cortina-palácio oferecida (para uso de SS. MM.) pelos Reis Católicos à Sé de Toledo se encontram os termos duma curiosa e justa avaliação do conjunto, não porque suba a grande sítio, mas porque tanto

basta para que a visita e o catálogo fiquem justificados.

Como dizia o comissário responsável, do lado espanhol, pela concepção e execução deste projecto, o modelo exige que haja alguns inéditos — não por causa de nós, mi-seros e confusos mortais de cabeça à roda por tantas solicitações, mas porque há que atrair a diminuta mas influente minoria dos especialistas, prontos para se deslocarem ao sabor dum «Tanto Monta» ou da armadura do «Decepado», conservada desde o século XV nas profundas da catedral de Toledo (não vamos contar a história do alferes de Toro, os mais novos que perguntem lá em





Testamento traído

CHAMA-SE «O Testamento de Adão»; nome bizarro para uma exposição em que se mostram peças do período da expansão das Espanhas (que, nunca é de mais lembrá-lo, eram, só as cristãs, quatro). E este retorcido tema de um absolutismo nascente serviu para orientar uma bellissima exposição na galeria da Torre do Tombo, e foi um sucesso em termos de visitas. As iluminuras, das mais preciosas do acervo peninsular, deram ao conjunto um relevo que a estimulante, encenada montagem lisboeta só realçou. Dentro do acordo com os nossos vizinhos do lado (e um pouco mais acima), o mesmo conjunto esta patente na igreja de um convento de León, hoje Parador Nacional. A comparação das mesmas peças, dispostas de forma distinta, podia ser exemplo da importância de uma montagem. As peças que brilhavam de sentido e inteligência em Lisboa sumem-se num conjunto desatado e desorientado, sem astrolábio nem mestre de nau, em suportes que podiam servir, com mais acerto, para bolos numa pastelaria. As limitações da Comissão dos Descobrimentos, ao só conseguir encontrar, como interlocutores culturais, instituições regionais, descobre-se aqui plenamente, na falta de profissionalismo das estruturas, efémeras, da Autonomia de Castela e León comparadas com a capacidade operacional do Estado português. Este «testamento» leonês revela, lamentavelmente, que há um desacerto de níveis nesta estória de comemorações «pro domu nostra».

R.R.

casa) e que o cabido acedeu agora, pela primeira vez, a exibir desde os longínquos tempos do Senhor D. Afonso V. Ou, mais conhecida, da estátua orante em alabastro do donzel de Isabel a Católica.

No corpo principal, o percurso segue a sinuosidade da multimoda vida quotidiana de tantos grupos e «estados» sociais — e da exiguidade e condicionamento do espaço cedido, por outro. A complementaridade entre os espólios do período do fim do século XV (princípio do XVI) conservados nos dois reinos torna-se aqui evidente. Como ilustrar, com acervos portugueses, o movimento associativo dos mesteres, tanto mais elusivo quanto a institucionalização das corporações é tardia?

No edifício onde se alojou a «Guerra», o relevo vai para um vídeo da Comissão dos Descobrimentos em que se entende, clara como a água, a vantagem da nau portuguesa enquanto fortaleza flutuante, com as técnicas de carregamento de peças, e a distribuição

destas pelos vários conveses. Salienta-se também — para além da apresentação pública da armadura do Alferes de Portugal, já referida — a tapeçaria da Conquista de Arzila. Mas esta brilha pela ausência, já que não terá sido possível convencer o prior de Pastrana a emprestar o depósito que sinngularmente lhe veio parar às mãos por sortes e azares dos casamentos de D. Afonso V e de D. Manuel I. Para não desdourar do nosso empenhamento comemorativo, Portugal lá arranjou as cópias de Guimarães feitas para um centenário qualquer (na altura, dizia-se que eram salazarentos).

Os dois conjuntos são apresentações de grande qualidade, para além das reticências, as que aqui ficam expressas e outras. É pena que o português que queira recolher a informação dada por eles tenha de ir às profundas de Castela. Mas, afinal, não fomos educados com os exemplos dos Monizes, Egas e Martim?